Reunião. Análise. Difusão de Informação sobre Saúde

RADIS súmula 10

Escola Nacional de Saúde Pública — FIOCRUZ

Ano II/Abril de 1984

Crise compromete as metas do saneamento básico

Parece encaminhar-se para uma solucão, em meados de maio, o impasse que manteve semiparalisados os investimentos governamentais em água e esgoto nos últimos meses, afetando seriamente as metas estabelecidas para o setor. Embora pouco divulgado pela imprensa, trata-se de um episódio muito significativo de influência da política econômica sobre a saúde pública nõ país, pois, desta vez, o motivo das dificuldades não foi a falta de recursos, mas obstáculos institucionais à sua utilizacão.

O Banco Nacional da Habitacão (BNH) tem em caixa, desde marco de 1983, 700 milhões de dólares repassados pelo Banco Mundial para aplicacões em água, esgoto e combate à poluicao, quantia que representa cerca de 80% do montante previsto para os investimentos no setor neste período. Até fevereiro último, no entanto, apenas 29,7 milhões haviam sido utilizados pelas companhias estaduais encarregadas de executar os projetos aprovados. Falta de interesse? Falta de necessidade? Excesso de recursos disponíveis em outras fontes? Nao. Para cumprir o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo federal restringiu drasticamente o volume de empréstimos que podem ser destinados às empresas estatais, entre as quais se incluem as companhias de água e esgoto. Pela Resolucão 831 do Banco Central, o saldo das aplicacões destas companhias ficou limitado a um aumento de 49% num período em que a correcão monetária chegou a 65,4%, o que provocou um estouro nas contas do setor de saneamento sem a entrada de nenhum dinheiro novo. Assim, o BNH simplesmente não pôde repassar os recursos depositados em seus cofres, apesar de pagar ao Banco Mundial dez mil dólares diários a título de taxa de permanência.

As conseqüências desta insólita situacão foram claramente descritas no documento encaminhado pela Associacão Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) ao ministro do Interior, Mário Andreazza: "O conjunto das restricões impostas ao setor de saneamento, se analisados seus efeitos estado por estado e levando em consideracão o crescimento populacional, leva-nos a estimar que aproximadamente Cr$ 100 bilhões estejam bloqueados, acarretando prejuízos a cerca de 500 mil pessoas em conjuntos habitacionais e a cerca de sete milhões de pessoas com a paralisacão de obras de construcao e ampliacão de diversos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, gerando desemprego para mais de 70 mil pessoas."

Com a não contratacão de novos financiamentos e a virtual paralisacão de contratos já assinados, as metas fundamentais do Plano Nacional de Saneamento (Planasa) ficam seriamente comprometidas, senão inviabilizadas. Desta forma, a ampliacao do déficit de saneamento do país voltou a ser uma realidade, depois de um período em que sua extincão chegou a ser visualizada.

As metas e as dificuldades

Em dezembro de 1982, 3.683 sedes municipais (92% do total) e 1.347 distritos (31%) dispunham de sistemas de abastecimento de água, que atendiam 68,3 milhões de pessoas, correspondentes a 77% da populacão urbana do país. A situacão relativa aos sistemas de esgotos era bem menos favorável, já que somente 31% da populacão total, 44% da populacão urbana e 27% das sedes municipais dispunham deste serviço. As metas do Planasa, definidas em setembro de 1981, fixavam o atendimento, até 1990, de 90% da populacão urbana com água potável e de pelo menos 65% com servicos de esgotamento sanitário. Levando em conta as projecões demográficas, isto significava elevar de 68,3 milhões para 105 milhões o número de pessoas atendidas pelas redes de água, e de 48,3 milhões para 76 milhões os beneficiados com esgoto, numa operacão orcada em 11 bilhões de dólares.

A crise econômica e a política de contencão de gastos públicos se incumbiram de deixar estas metas à deriva, antes mesmo do torpedo desferido pela Resolucão 831. Na esfera federal, os recursos do BNH ficaram cada vez mais escassos com a compreensao dos depósitos líquidos do FGTS, resultante do desemprego e da reducão do salário real, bem como do aumento da inadimplência do sistema habitacional. Além disto, no programa plurianual de aplicacões do Banco Mundial no Brasil foi pedida prioridade absoluta aos empréstimos para a agricultura e as exportacões, ficando em segundo plano novas contribuicões a programas como o Planasa. A outra fonte básica de recursos para saneamento — os fundos para Financiamento de Água e Esgoto (FAE) — foi duramente afetada pela deterioracao das finanças estaduais e das empresas locais ligadas ao setor, que, em dezembro de 1982, empregavam diretamente cerca de 80 mil pessoas e passavam por difícil situacao, colocando em risco os 350 mil outros empregos gerados à sua volta.

Num quadro de dificuldades crescentes, a Resolucão 831 conduziu à paralisacão ou ao retardamento de centenas de obras, muitas de grande porte e de imenso interesse social. Em Belém, a falta de água potável no fim do ano tornou-se uma possibilidade real. No Sul, permaneceu sem solucão a normalizacao dos sistemas de água e esgoto de vastas regiões atingidas pelas enchentes de 1983. Em Brasília, a construcão do sistema de esgotos da bacia do Paranoá foi paralisada e 45 mil habitantes da cidade satélite de Ceilândia deixaram de beneficiar-se com a rede de água que deveria ter sido construída. O Banco do Estado da Bahia não pôde liberar nenhum financiamento ao setor em 1984. Em Goiânia, dez mil habitacoes semi-acabadas ficaram à espera de obras sanitárias suspensas. O Ceará deixou de aplicar Cr$ 22 bilhões no abastecimento de água tratada. O quadro se repete em todos os outros estados, não poupando sequer Sao Paulo, que, ainda segundo a ABES, deixou de levar adiante as obras de construcão de 1.200 quilômetros de redes de água e 950 quilômetros de redes de esgoto. Se a Resolucão 831 ifão for modificada, cerca de 600 mil paulistas deixarão de receber água e 480 mil continuarão sem esgotos, além dos 40 mil desempregados que continuarão freqüentando esta rubrica nas estatísticas do IBGE.

Reivindicações do setor

Além de solicitar um aporte de verbas do Finsocial (alegando que seus investimentos estão diretamente relacionados aos do setor saúde), as entidades ligadas ao saneamento reivindicam atualmente junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) que esta área seja beneficiada por um tratamento diferenciado no quadro da política recessiva. Para elas, o corte de investimentos, relacionado com a reducão do déficit público, deve ter um caráter sele-

Nova lei contra poluição

tivo, preservando as obras de saneamento por seu caráter prioritário para a saúde pública e a qualidade da vida da população. Além disto, alegam que os investimentos no setor são de curta maturação, contribuem para reduzir gastos com a medicina curativa, propiciam alta taxa de emprego por unidade de capital, utilizam tecnologia e matérias-primas nacionais e permitem manter em atividade equipes técnicas especializadas cuja dispersão terá efeitos danosos a longo prazo. Estas entidades alertam ainda para a criação de um "enorme descompasso" que pode vir a comprometer o programa habitacional do próprio BNH, que, apesar do corte de 28% em seu orçamento de 1984, projeta construir 700 mil unidades "condenadas à não ocupação devido à ausência de abastecimento de água e rede de esgotos".

Apesar deste quadro, a reunião do CMN do dia 4 de abril não apreciou a questão, adiando por pelo menos um mês a adoção da proposta formulada no âmbito do Ministério do Interior. Segundo ela, as dívidas das companhias estaduais ligadas à habitação seriam assumidas pelo BNH através da compra de cédulas imobiliárias, abrindo uma nova margem de endividamento para aquelas companhias. Assim, o próprio BNH poderia repassar imediatamente cerca de Cr$ 530 bilhões que, somados aos Cr$ 121 bilhões pagos no fim de março pelo governo de São Paulo para saldar parte de sua dívida, permitiriam a retomada de projetos paralisados.

Desta forma, é possível que a próxima reunião do CMN (esperada para meados de maio) abra o caminho para a solução deste episódio, que se insere na polêmica mais ampla sobre os próprios rumos da política econômica do país e seus reflexos sobre a sociedade. Ao contrário do que geralmente se supõe, a busca do equilíbrio orçamentário a qualquer custo não é a única alternativa tecnicamente defensável para combater a crise, mas sim uma opção política duramente contestada entre os especialistas em economia. Muitos deles defendem, inclusive, a adoção pelo Estado de políticas anti-recessivas, baseadas não na compreensão, mas no aumento dos gastos públicos, com o objetivo de defender os níveis de emprego e de renda nacionais, alegando que estes gastos não são inflacionários em conjunturas onde existem fatores disponíveis para o aumento da produção (capacidade ociosa e desemprego). O FMI, no entanto, não pensa assim.

O Congresso Nacional receberá, ainda em abril, o anteprojeto da parte especial do novo Código Penal Brasileiro que, entre outras inovações, cria a figura de crimes ecológicos na legislação penal do país. Atualmente, não há possibilidade de punição criminal para a degradação abusiva do meio ambiente e as multas previstas em lei (de até mil ORTNs, ou cerca de Cr$ 9 milhões) se mostram incapazes de intimidar os poluídores contumazes.

Esta mudança na legislação brasileira já encontrará o quadro ambiental de algumas regiões em situação precária, por diferentes motivos. O despejo de toneladas de esgotos sem tratamento no rio Tietê, as sucessivas calamidades ocorridas em Cubatão, a contaminação provocada pelo Pólo Cloroquímico em Maceió, a imensa mortandade de peixes no médio São Francisco (que só voltará a ser piscoso por meios artificiais) a intoxicação de trabalhadores rurais nas regiões de Campinas e de Campos foram alguns registros feitos pela imprensa nos últimos três meses sobre o assunto. Deles, destacamos dois casos, reveladores da urgência necessária no tratamento da questão do meio ambiente no país.

A região mineira de Santa Catarina

A área polarizada pela cidade de Criciúma foi declarada "crítica" pelo governo federal em outubro de 1980, mas só recentemente as empresas que operam as minas chegaram a um acordo com a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA), recebendo um prazo de dois anos e meio para a instalação de equipamentos antipoluição. Enquanto isto não ocorre, as bacias hidrográficas locais recebem por dia uma carga de 3.370 toneladas de sólidos totais, 120 toneladas de ácidos, 320 toneladas de sulfatos e 35 toneladas de ferro total.

Só o concentrador de pirita da Companhia Metropolitana libera uma quantidade tão acentuada de enxofre e de sulfatos que seu efluente reduz o PH da água a 2,30, equivalente ao do ácido sulfúrico.

Os principais rios da região Urusanga, Fluorita, Mãe Luzia, Sangão e Carvão -- estão "mortos" e suas águas não podem ser bebidas nem por animais, em decorrência do lançamento dos despejos ácidos pelas companhias mineradoras. O volume recebido corresponde ao efluente de esgotos de uma população de nove milhões de habitantes, cerca de 15 vezes superior à da região.

As conseqüências desta situação sobre a saúde pública são evidentes. A anencefalia (falta de cérebro) é constatada pelos obstetras numa proporção 20 vezes maior do que a citada na literatura médica; 40% dos internamentos de adultos e 60% dos de crianças são devidos a problemas pulmonares ou nas vias respiratórias; e a incidência de pneumoconiose aumenta de ano para ano. Esta última é uma doença irreversível que atinge 10% do contingente de 15 mil empregados das oito empresas mineradoras da região. Uma vez aspirada em grandes quantidades, a poeira se aloja nos pulmões e vai promovendo sua calcificação até o ponto de impedir definitivamente a respiração. Segundo alguns médicos da região, os próprios mineiros evitam, enquanto podem, realizar exames, pois, uma vez constatada a doença, eles não são mais admitidos no trabalho subterrâneo, passando quase sempre a receber a metade dos Cr$ 120 mil que constituem o piso salarial da categoria.

Desastre no Pará

Outra evidência da gravidade das questões relativas ao meio ambiente no país foi o desastre ambiental de grandes proporções constatado recentemente na região situada entre os municípios de Moju e Tailândia, no Pará. Pulverizações realizadas desde 1980 sem nenhum controle pela firma Agromax, empreiteira da Eletronorte, causaram ao longo de vários meses dezenas de mortes entre a população local, além de dizimarem criações de gado e animais domésticos. Apesar das dimensões do incidente, ainda não ficou estabelecido sequer qual foi o agente da devastação.

Ouvido pela comissão que investiga o caso, o chefe de operações da Agromax, Geraldo "Gordo", confirmou a adição ao **Tordon 101** (herbicida aceito pela Eletronorte) e ao **Tordon 155** (muito mais forte do que o primeiro) de uma substância em pó que nem ele nem qualquer outro trabalhador local soube identificar. Este fato levantou suspeitas sobre a possibilidade de que se trate do famoso Agente Laranja, utilizado como arma de guerra pelas tropas norte-americanas no Vietnã. A Dow Chemical, fabricante de todos estes produtos, negou veementemente esta possibilidade, abrindo intensa polêmica sobre o assunto. O agrônomo Sebastião Pinheiro, que participa das investigações, afirmou possuir evidências da aplicação de uma substância química chamada **Diuron**, cuja fórmula é secreta e que possui um poder residual de até dez anos. Se isto for verdade, estarão confirmadas suspeitas levantadas há vários anos pela comunidade científica.

O consenso, entretanto, ainda está longe de ser atingido, mesmo na área oficial. Enquanto o ministro César Cals admitia o uso do Agente Laranja mas negava qualquer relação deste produto com o incidente, o presidente da Eletronorte, Douglas de Sousa, garantiu ter usado um herbicida "que pode ser comprado em qualquer farmácia".

Segundo todos os indícios que vieram à tona, não teria sido esta a primeira vez que a floresta amazônica foi agredida em larga escala com desfolhantes químicos fora de qualquer controle oficial. O mais antigo geógrafo do IBGE, Orlando Valverde, assegurou recentemente ter reunido evidências de que o Agente Laranja foi jogado, por via aérea, sobre florestas do Acre, para expulsar posseiros, seringueiros e índios. Segundo ele, estas populações fugiram para a periferia de cidades ou para a Bolívia, cujo governo foi obrigado a promover uma campanha de "nacionalização" dos novos imigrantes.

Veio a público também que a Eletronorte e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) chegaram a admitir, em 1982, a preparação de produtos químicos que causariam profundos danos à floresta amazônica, o que provocou na época uma reação indignada de Paulo Nogueira Netto. Em carta datada de março daquele ano e noticiada na **Súmula 1** ele afirmou: "Fui procurado por um grupo de dirigentes da Eletronorte, CNPq e Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Maranhão, que vieram discutir a realização de pesquisas visando o uso de desfolhantes na floresta amazônica. O objetivo é matar as árvores e impedir sua brotação, para evitar que a decomposição das folhas e dos caules tenros cause problemas à represa (de Tucuruí) e ao rio Tocantins... Prefiro voltar para casa do que dar o meu aval a uma pesquisa que visa saber qual a melhor maneira de acabar com a floresta amazônica... Inventada esta bomba atômica, ninguém mais a desinventará, nem controlará sua proliferação..."

Como se vê, o uso continuado, durante alguns anos, de uma substância ainda não especificada em uma vasta região da mata amazônica não parece constituir um mero "acidente" isolado. Quem sabe, a "bomba atômica" não foi inventada?

Súmula 10/Radis

Novas medidas reduzem déficit

Após operar com expectativas de déficit que chegaram até Cr$ 2,4 trilhões, o orçamento da Previdência publicado no Diário Oficial de 2 de janeiro de 1984 prevê um déficit de Cr$ 1,1 trilhão, resultante da diferença entre uma receita corrente de Cr$ 16,9 trilhões e despesas correntes no volume de Cr$ 18 trilhões.

A redução do déficit esperado resultou de uma série de medidas adotadas ainda em 1983, as quais deverão gerar uma receita adicional de Cr$ 700 bilhões. Essas medidas referem-se à participação em 4% na arrecadação do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos, à cota da Previdência na arrecadação da loteria, nas corridas de cavalos e na taxação das importações de supérfluos, aos resultados esperados da anistia fiscal concedida às empresas inadimplentes com a Previdência Social e à antecipação dos prazos de recolhimento das contribuições à Previdência descontadas dos salários pagos.

Além disso o Ministério da Previdência está estudando a possibilidade de adoção de um elenco de mudanças que aumentaria sua receita ou reduziria suas despesas. Nesse sentido, cogita-se da introdução de um sistema de participação dos segurados no custeio das despesas médicas, através da cobrança de parte dos serviços médico-hospitalares utilizados por segurados que disponham de uma renda acima de dez salários mínimos. Outras medidas que poderão ser introduzidas referem-se à suspensão de benefícios como o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral e o salário-família a partir de determinada faixa de renda.

Enquanto isso o Ministério da Previdência desenvolve também gestões para reduzir suas despesas com o pagamento de juros ao sistema bancário, que totalizaram Cr$ 52 bilhões em 1983, além dos Cr$ 29 bilhões pagos como taxa de administração pelos serviços de recolhimento das contribuições e pagamento dos benefícios. Para tanto, está sendo negociada a instituição da conta única — unificando os recolhimentos e os pagamentos — ou, pelo menos, uma redução do prazo de retensão das contribuições pelo sistema bancário — atualmente de oito dias — além da manutenção de uma taxa privilegiada de juros de 4,3% ao mês. O IAPAS calcula que no ano passado, as instituições financeiras lucraram cerca de Cr$ 100 bilhões com a aplicação do dinheiro da Previdência no **open market** durante este prazo de retenção.

Prevrural gera polêmica

O Ministério da Previdência encaminhou à Presidência da República projeto de lei instituindo a Previdência Social Rural — Prevrural. Pelo projeto seriam segurados obrigatórios do Prevrural apenas os trabalhadores rurais fixos, os empregados domésticos de residências rurais e os empregados rurais. Os trabalhadores por conta própria, assim como os temporários, os pescadores, marisqueiros e garimpeiros, poderiam filiar-se voluntariamente ao Prevrural para ter acesso aos seus benefícios: auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e por velhice, auxílio-funeral, pensão por morte e assistência médica, farmacêutica e odontológica. Para custear estes benefícios o Ministério da Previdência propõe a elevação de 2,5% para 3,5% da taxação sobre a comercialização do produto agrícola, assim como a manutenção da taxa de 2,4% sobre a folha de salários das empresas urbanas, e contribuição de 16% (8% para o produtor e 8% para o trabalhador) do salário pago.

As reações ao projeto foram bastante diferenciadas. Entidades do empresariado rural interpretaram-no como uma elevação dos impostos para cobrir o déficit do sistema previdenciário. Receio semelhante foi manifestado por sindicatos de trabalhadores rurais, os quais, no entanto, não deixam de ver a proposta do Prevrural como um avanço no sentido da extensão da previdência social ao homem do campo. Suas críticas se referem principalmente à manutenção da exclusão do safrista (ou "bóia-fria"), que não teria condições de manter contribuições regulares — e em dobro — devido à característica sazonal do seu trabalho. Outros pontos criticados são a carência de dez anos prevista para as aposentadorias por velhice e a não inclusão da aposentadoria por tempo de serviço. Mesmo assim, os sindicatos de trabalhadores interpretam positivamente que os pequenos produtores passem a ter acesso à Previdência, que o valor das aposentadorias seja aumentado (até agora o Funrural, que deverá ser mantido, concedia aposentadorias por velhice no valor de meio salário mínimo), que seja facultado à mulher o acesso à Previdência e, principalmente, que o auxílio-doença seja estendido ao campo — uma questão muito relevante para o pequeno produtor.

Previdência privada avança

Crescem na imprensa as especulações em torno da possibilidade de privatização da Previdência Social como forma de superar os crônicos problemas financeiros do atual sistema. O **Jornal da Associação Médica Brasileira** chegou a anunciar que o INAMPS teria recebido quatro propostas (dos grupos Comind, Bradesco, Itaú e John Hancok), pelas quais empresas privadas assumiriam todos os serviços de assistência médica e de seguridade social, restando ao Estado o atendimento da população marginalizada. Esta notícia, porém, foi categoricamente desmentida pelo ministro Jarbas Passarinho, segundo o qual estas propostas não existem e nem teriam cabimento.

Existem atualmente 110 empresas que oferecem planos de previdência privada (de pecúlio, pensão ou aposentadoria). Estas "entidades abertas de previdência privada" abrangem 3,5 milhões de participantes, tendo apresentado, em 1983, Cr$ 300 bilhões de reserva técnica (contra Cr$ 105 bilhões em 1982), com uma receita anual de Cr$ 65 bilhões (Cr$ 26 bilhões em 1982) e Cr$ 45 bilhões em benefícios pagos (Cr$ 12 bilhões em 1982). Segundo a Associação Nacional de Previdência Privada, as "incertezas" quanto ao sistema previdenciário oficial facilitam a expansão desta área, que passou a incorporar recentemente fortes empresas ligadas a bancos, como a Bradesco Previdência Privada (que em dois anos já chegou a 145.000 associados) e a Prever Previdência Privada, resultado da associação entre os bancos Bamerindus, Nacional e Unibanco.

Diversas instituições financeiras têm expandido suas atividades também na área de assistência médica. Depois de um longo período de hibernação, o seguro-saúde do Banco Itaú (criado em 1976 junto com o do Banco Comind), está sendo objeto de intensa campanha publicitária. E o Bradesco iniciou suas atividades também nesta área de forma espetacular: absorveu os 260.000 contratos do plano de seguro-saúde individual (Plano Internacional) da Golden Cross, empresa líder da medicina privada, com mais de um milhão de associados. Já está sendo anunciada a entrada no mercado das seguradoras Real, Bamerindus, Vila Rica, Vera Cruz e Sul América.

Mudanças nas aposentadorias

Por determinação do Decreto-lei 2.087, ainda sujeito à aprovação do Congresso, os reajustes das pensões e aposentadorias passaram a vincular-se à evolução da arrecadação da Previdência Social, deixando de se subordinarem aos critérios da política salarial. Segundo o ministro Jarbas Passarinho, esta mudança é necessária como recurso de última instância para evitar a falência do sistema previdenciário, caso persista a tendência das pensões e aposentadorias crescerem mais rapidamente do que as contribuições. Os critérios do Decreto-lei 2.065 (que regula a política salarial) implicam uma correção média das contribuições em 87,5% do INPC enquanto as pensões e aposentadorias são reajustadas, também em média, em 96% do INPC.

Respondendo às duras críticas que a medida recebeu por parte dos aposentados, o ministro frisou que o decreto estabeleceu um piso, e não um teto, para os reajustes, o que não significa correções necessariamente inferiores às outorgadas pela política salarial. Para sustentar sua argumentação, anunciou que o próximo reajuste será integral, inclusive porque a economia inicialmente prevista da compressão dos benefícios será conseguida através do repasse para a Previdência das aplicações que as entidades de previdência complementar são obrigadas a fazer em títulos do governo.

Outra novidade nesta área são os estudos preparatórios da proposta de fixação de uma idade mínima para a aposentadoria por tempo de serviço. O próprio ministro defendeu a definição de um piso na faixa de 55 anos, baseado na excepcionalidade da modalidade brasileira de aposentadoria por tempo de serviço no panorama internacional e no fato de que cerca de 25% das despesas do INPS com aposentadorias são atribuídos a pessoas com menos de 55 anos. Aliada a isto, a crescente expectativa de vida dos brasileiros provocaria, segundo Passarinho, um colapso no atual sistema previdenciário dentro de uma década.

Intervenção no Juqueri, que vive nova crise

Um ano depois de anunciar a instauração de uma "nova fase" no complexo psiquiátrico do Juqueri — simbolizada na época pela destruição das celas fortes, conforme foi noticiado na Súmula 7 — o governo do estado de São Paulo decidiu intervir em sua administração. A morte de três internas fez aflorar uma série de denúncias relativas ao estado de abandono ainda vigente no hospital.

As razões do imobilismo imperante neste período no Juqueri ainda são obscuras. Fontes ligadas à Secretaria de Saúde argumentam que a política de humanização na área da saúde mental estaria sendo bloqueada pela resistência sistemática por parte de núcleos internos de poder insatisfeitos com a nova orientação e possivelmente interessados na manutenção de um clima repressivo. Por outro lado, a própria direção atual queixa-se do não atendimento das solicitações de contratação de pessoal e de obras necessárias para colocar em prática a pretendida reorientação, fazendo com que o "plano de emergência" agora encaminhado ao governo estadual tenha se tornado quase uma reedição dos pedidos já feitos há um ano. Aparentemente o Juqueri está bem suprido de pessoal, pois ele conta com 2.730 funcionários para uma população interna de 3.760 pessoas, entre pacientes e detentos do Manicômio Judiciário. Mas para o tratamento direto dos pacientes ele dispõe de apenas 14 médicos, seis psicólogos, cinco terapeutas ocupacionais e 12 enfermeiros. O pessoal restante se divide entre os 122 cozinheiros, 14 cortadores de carne, 52 costureiros, 36 cabeleireiros, 34 barbeiros, 473 serventes, 105 vigias, 167 escriturários e assim por diante. A solicitação de contratação urgente de 20 assistentes sociais, cem auxiliares de terapia ocupacional, quatro dentistas, dez enfermeiros, 25 psiquiatras, 20 psicólogos, cinco técnicos de esportes e 20 terapeutas ocupacionais, feita em maio de 1982, permanceu completamente bloqueada até esta nova crise, quando se decidiu contratar apenas 12 novos psiquiatras. Para os demais casos, continuou havendo falta de verbas e a esperança continua na dependência de remanejamentos.

Seja como for, fica claro que qualquer modificação importante em estruturas tão grandes e tão sedimentadas como a do Juqueri não depende apenas de boas intenções.

Juristas, médicos e religiosos debatem o tema do aborto

O projeto de modificação do Código Penal que o governo encaminhará este ano ao Congresso deverá ampliar a permissão para a prática do aborto, admitida atualmente apenas nos casos de risco de vida para a gestante e de gravidez resultante de estupro. A comissão de cinco juristas encarregada da elaboração do projeto inclina-se a aceitar a prática do aborto também quando o feto estiver lesado em seus centros nervosos ou apresentar alguma deformação física. Segundo o **Jornal do Brasil**, o próprio ministro Ibrahim Abi-Ackel, da Justica, manifestou-se favorável à legalização desta prática, inclusive como medida inibidora da proliferação de clínicas clandestinas, responsáveis pelo elevado número de abortos praticados no país.

Segundo estatísticas do INAMPS, um quinto das pacientes internadas nas unidades de obstetrícia necessitam de tratamento devido a complicações originadas de abortos mal feitos, causadores freqüentes de esterilidade, perda do útero, traumas emocionais e mortes. Aquela percentagem, no entanto, é considerada apenas a ponta de um imenso **iceberg** impossível de ser quantificado pelas estatísticas, que oscilam de um milhão a 2,5 milhões de casos anuais em suas avaliações.

A reação de alguns bispos

Em palestra para 50 teólogos reunidos em Salvador, o diretor do Centro de Reprodução Humana da Universidade Federal da Bahia, Elsimar Coutinho, defendeu a descriminalização do aborto como forma de fiscalizar e controlar esta prática tão difundida. Para ele, "é bobagem achar que, legalizado o aborto, todo o mundo vai passar a fazê-lo. Pelo contrário, aí é que se vai poder colocar esta prática sob controle. Da mesma forma, poderíamos argumentar que defender a não legalização do aborto é ser a favor do aborto criminoso, que é o aborto verdadeiramente desumano e arriscado".

Surpreendentemente, sua opinião não foi rechaçada por princípio pelos religiosos presentes. Ao contrário, o bispo auxiliar de Salvador, dom Ângelo Salvador, admitiu que esta questão pode vir a ser objeto de estudo por parte da Igreja, embora isto não signifique abrir nenhuma brecha para a aceitação do aborto. "Por enquanto trata-se de uma dúvida, que nós discutimos após a palestra. Perguntamos a nós mesmos se, uma vez definida a condenação moral do aborto, poderíamos estar de acordo com sua legalização jurídica. E nos pareceu, à primeira vista, que isto poderia ser possível... O ideal, evidentemente, seria que a prática do aborto não existisse. Mas, uma vez que existe, creio que caberia discutir sua regulamentação jurídica, de forma a minorar os males que ela traz. O grande temor é que, uma vez regulado juridicamente, o aborto passe a ser aceito moralmente. Creio que é uma tema para muita reflexão."

• **Súmula** é uma publicação do projeto **Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde (RADIS)**, desenvolvido pela Escola Nacional de Saúde Pública — Fundação Oswaldo Cruz, com o apoio da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). As opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição oficial da instituição. **Colaboraram neste número:** César de Queiroz Benjamin, Gustavo Bayer, Paulo Souto, Pedro Ribeiro e Sergio Góes de Paula (Coordenador do projeto).

Diagramação: Andrei Bastos. **Produção Gráfica:** ASB Arte Gráfica e Editora Ltda. **Impressão:** Escola Nacional de Saúde Pública, Programa de Educação Continuada
DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

• Os interessados em receber esta publicação devem dirigir-se ao projeto RADIS — Rua Leopoldo Bulhões, 1480 — 21.041 Rio de Janeiro• Súmula 10 é uma documentação resumida dos principais fatos relevantes para a área de saúde, registrados nas seguintes fontes: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, O Globo, Isto É, Veja e as publicações abrangidas pelo Boletim de Recortes do INAMPS e pelo Serviço de Recortes do Ministério da Saúde.

• O projeto RADIS mantém ainda uma ampla documentação formada pelo arquivamento sistemático das matérias publicadas nestas mesmas fontes, e que está a disposiçaõ dos interessados em informações mais abrangentes e detalhadas.

Campanha de vacinação será maior este ano

O secretário-geral do Ministério da Saúde, Mozart de Abreu e Lima, confirmou para o dia 19 de junho próximo a primeira etapa do Dia Nacional de Imunização que, este ano, além da vacina contra a poliomielite, incluirá também a tríplice (contra coqueluche, difteria e tétano) e a contra o sarampo. A segunda etapa está prevista para o dia 18 de agosto. O ministro Waldir Arcoverde já concluiu o acerto com as autoridades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, iniciando os entendimentos com as secretarias de Saúde do Sul e do Sudeste para que todo o país seja coberto pelo esquema de multivacinação. A expectativa é a vacinação de 19.300.000 crianças na faixa de zero a 59 meses contra a pólio. Entre estas, 3.400.000 crianças na faixa de nove a 23 meses deverão tomar também a tríplice e 4.800.000 da faixa de dois a 11 meses serão vacinadas contra o sarampo. Em 1982, a cobertura foi de 4.200.000 doses contra o sarampo e 2.900.000 da vacina tríplice.

Fiocruz passou a centralizar imunobiológicos

A aquisição, inclusive através de importações, a estocagem e a distribuição de todos os imunobiológicos utilizados nos programas do Ministério da Saúde foram centralizadas na Fundação Oswaldo Cruz, que além de ser o maior produtor nacional de vacinas é responsável também pelo controle de qualidade de todos os imunubiológicos para uso humano no país. Até agora, estes produtos eram comprados pela Ceme a partir de previsões da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, e estocados em armazéns da Cibrazem para posterior distribuição. Com a centralização na Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Vacinas, da Fiocruz, espera-se maior racionalização nos cronogramas de aquisição e distribuição de vacinas. Isto deverá permitir a formação de estoques estratégicos capazes de evitar crises de fornecimento, como a recentemente ocorrida com o soro antitetânico (cujo racionamento chegou a ser ventilado), e solucionar eventuais emergências a nível nacional.

Súmula 10/Radis

Governo não fixou metas para controle demográfico

Continua na ordem do dia a questão da adoção pelo governo de uma nova política de natalidade para o Brasil. Enquanto o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), brigadeiro Waldir Vasconcelos, anunciava sua intenção de propor a criação, a curto prazo de uma secretaria especial de planejamento familiar vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, o ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, previa uma queda mais acentuada na taxa de crescimento demográfico do país nos próximos cinco anos, inclusive nas faixas de população de baixa renda. Esta expectativa se relaciona ao lançamento do **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher** (PAISM), já em andamento em Goiás e em diversos Estados do Nordeste. Sua ampliação a todo o território nacional está prevista para 1985, o que, segundo Arcoverde, vai preencher uma omissão do governo num terreno em que diversas entidades privadas já vêm atuando há algum tempo. A população-alvo do programa é superior a 38 milhões de mulheres com mais de 12 anos de idade.

Além de recursos provenientes do Finsocial e destinados à compra de contraceptivos, está sendo negociada uma quantia entre nove e 15 milhões de dólares com o Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (FNUAP). O ministro frisou, entretanto, que o governo não fez projecões ou fixou metas de redução do crescimento demográfico, e nem pretende desenvolver isoladamente as atividades de planejamento familiar. Elas estão integradas num programa mais amplo de assistência à saúde da mulher que inclui também atividades de prevenção e detecção do câncer e de infecções ginecológicas, prevenção de doenças venéreas e controle da hipertensão arterial, entre outras patologias referentes à saúde da mulher.

De cada 16 mortes ocorridas no país, uma é de mulher entre os 15 e os 48 anos de idade. Neste grupo, as sete primeiras causas de óbitos são, pela ordem, as doenças do aparelho circulatório (28,8%), acidentes e violências (16,7%), neoplasmas (15,7%), doenças infecciosas e parasitárias (8,4%), doenças do aparelho respiratório (6,7%), doenças do aparelho digestivo (6,3%) e complicações da gravidez, parto e puerpério (5,9%). Em sua defesa do PAISM, Ana Segal, uma das coordenadoras do programa, afirmou que os serviços de saúde têm sido até hoje "displicentes" em relação à problemática específica da mulher, ressaltando que apenas 2% das gestantes brasileiras fazem tratamento pré-natal. Disse ainda que, em cada cem mulheres que fazem ligadura de trompas, 12 têm menos de 22 anos, o que demonstra total falta de orientação a respeito dos métodos anticoncepcionais.

O mito da explosão demográfica

O próprio Ministério da Saúde reconhece que estamos longe de uma situação que possa ser descrita como de "explosão demográfica". Ao contrário, a taxa de crescimento populacional tem sido permanentemente declinante, passando de 3,2% ao ano em 1940 para os 2,4% registrados em 1980. Atualmente, este crescimento se distribui de forma fortemente desigual pelo território nacional, pois depende não só de taxa de natalidade mas também dos movimentos migratórios, variando entre os 5,03% apresentados pela região Norte (pólo de atração de população) e os 2,17% da região Nordeste, tradicional exportadora de força de trabalho. Rondônia, com 16,0%, é o estado cuja população mais cresce no Brasil, devido ao imenso movimento migratório em sua direção.

Também a queda na taxa de fecundidade (número de filhos por mulher entre 15 e 49 anos de idade) desmente a idéia de um crescimento intolerável. Ela passa de 6,2 em 1960 para 5,7 em 1970 e 4,1 em 1980, número que situa o Brasil numa posição intermediária em relação aos demais países. De modo geral, as nações desenvolvidas e as socialistas (incluindo a China) apresentam taxas inferiores a 2,5, enquanto países como Argentina, Espanha e Bulgária, entre outros, se situam entre 2,5 e 3,9, bloco para o qual o Brasil se encaminha. Bolívia, Equador, grande parte da África e dos países árabes, entre outros, apresentam uma taxa de fecundidade superior a 6,0. Também neste aspecto o grau de desenvolvimento das diferentes regiões do país determina a existência de taxas bastante diversas. Em 1980, as mulheres da região Norte apresentavam uma média de 6,17 filhos, enquanto no Sudeste este número atingia apenas 3,3.

Outro elemento que contribui naturalmente para a limitação da natalidade é a crescente participação feminina no mercado de trabalho. Durante a década de 1970, o incremento anual da força de trabalho feminina foi de 6,75%, mais do dobro do incremento masculino (2,99%).

Transição

Mesmo sem "explosão", a população brasileira vai modificando pouco a pouco o seu perfil, tornando-se mais velha e mais urbana. De um lado, com o aumento da esperança de vida, aumenta a proporção de pessoas idosas. A população acima de 60 anos passou de 3.312.000 pessoas em 1960 (4,75% do total) para 7.699.000 em 1980 (6,35%), mantendo-se em crescimento contínuo. Calcula-se que no ano 2.000 este grupo etário pode totalizar cerca de 19 milhões de pessoas, tornando provável um aumento ainda maior do peso das doenças degenerativas e mentais no quadro nosológico nacional.

Quanto ao segundo aspecto, nem mesmo a prolongada recessão da economia nacional conseguiu deter a migração campo — cidade, ocasionando apenas uma diminuição temporária no seu ritmo. Hoje, mais de 70% dos brasileiros vivem em áreas urbanas, que registraram em 1982 um aumento de 2,45% em sua população, contra os 2,1% registrados no campo. São Paulo continua sendo um grande pólo de atração, mantendo, nos dois primeiros anos da década de 1980, um crescimento populacional de 3,6%, muito superior à média nacional.

Unicef considera dramática mortalidade infantil no país

A desnutrição e as infecções matam por dia quase mil crianças de até um ano no Brasil, e o destino de 53% dos 23 milhões de sobreviventes, entre um e seis anos, também é dramático: segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 12 milhões de crianças brasileiras nesta faixa de idade são desnutridas. Em seu relatório para 1984, este órgão reconhece a forte relação entre a recessão econômica e o destino das crianças, afirmando que uma queda de 2 a 3% na renda interna de um país subdesenvolvido pode significar um corte de 10 a 15% na renda das famílias mais pobres.

Apesar da queda observada na mortalidade infantil brasileira entre 1960 (120 por mil) e 1980 (80 por mil) e dos registros positivos em relação ao programa de nutrição e saúde desenvolvido pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e às campanhas de vacinação antipólio (que reduziram os 2.564 casos ocorridos em 1979 para apenas dez em 1983), a Unicef qualifica de "dramática" a contribuição brasileira à estatística de mortalidade infantil, enfatizando entre suas principais causas a deterioração da cesta alimentar das famílias de baixa renda.

O projeto RADIS está preparando a publicação de uma série inédita de mortalidade por causas nas capitais brasileiras entre 1930 e 1980.

Alimentos básicos perdem espaço na agricultura

Um dos principais problemas de saúde pública no Brasil é o da alimentação, cujo custo vem sendo há algum tempo um dos principais responsáveis pela alta da inflação. O brasileiro hoje gasta cada vez mais para comer menos e pior e, apesar de suas vastas terras cultiváveis, o Brasil enfrenta graves problemas de abastecimento alimentar. Por que isto ocorre? Quais as tendências para o futuro imediato? Como está evoluindo a cesta básica consumida pela população? É o que veremos em largos traços, neste artigo, continuador da linha iniciada na Súmula 9.

O papel da agricultura

Durante a década de 1970, a produção agrícola sofreu mudanças importantes em sua composição, com o crescimento relativo dos produtos voltados para a exportação (soja, café, cacau e outros) e sensível perda de posição dos produtos destinados ao mercado interno (arroz, feijão, milho, mandioca, batata, entre outros). Como conseqüência, observa-se no período uma expressiva redução na disponibilidade de alimentos básicos per capita, como mostramos na tabela 1. Segundo Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo, "em termos proteicos e calóricos, o brasileiro, no período entre 1967 e 1979, sofreu uma perda de 20% se considerado apenas o consumo de alimentos básicos".

Em 1979, no início do governo Figueiredo, a agricultura foi destacada como prioridade nacional, tornando-se, de acordo com os planos oficiais, responsável por atender a três grandes objetivos: aumentar a produção de alimentos para o mercado interno: expandir o plantio da cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível: e fortalecer a pauta de exportações do país. Esta definição, entretanto, servia apenas para situar o problema, e não para resolvê-lo, pois, evidentemente, faltava encontrar a forma de compatibilizar o desenvolvimento simultâneo de três segmentos competitivos entre si. Objetivo ambicioso, que não se cumpriu. A política agrícola adotada não foi capaz (exceto no caso da cana) nem de manter a tendência ao crescimento da área plantada, nem de produzir ganhos efetivos e permanentes de produtividade, deixando os eventuais aumentos de produção dependentes de fatores aleatórios, como condições climáticas favoráveis. Longe de um desenvolvimento harmônico entre os três setores, a cana apresentou um crescimento acentuado tanto na área plantada quanto na produção, os produtos exportáveis mantiveram-se estáveis e a produção de alimentos para o mercado interno continuou declinando.

Os efeitos da crise

As dificuldades enfrentadas pela economia brasileira nos últimos anos influíram de maneira significativa na capacidade do governo estimular o desenvolvimento agrícola. As restrições impostas à expansão do crédito, o aumento generalizado nas taxas de juros e a deterioração dos preços reais recebidos pelos agricultores frustraram todas as expectativas otimistas. Também aqui, a crise se abateu com menor violência sobre os produtores de cana, conforme mostramos na tabela 2. Como resultado deste conjunto de fatores, a área plantada com produtos alimentares na região Centro-Sul e em Rondônia

TABELA 1

Evolução da ÁREA colhida e dos índices de produção por habitante, Brasil (1977 = 100)

Categoria	1977	1982	1983
1. Produção por habitante:			
Alimentos	100	97,9	85,8
Exportáveis	100	102,7	111,3
Cana-de-Açúcar	100	138,5	157,1
2. Área colhida:			
Alimentos	100	108,6	95,9
Exportáveis	100	105,8	106,2
Cana-de Açúcar	100	135,9	155,1

Fonte: Dados Básicos de Produção Agrícola do IBGE, extraído da edição do Jornal do Brasil de 31/07/83 — Arquivo Radis

TABELA 2

Evolução dos índices de preços reais recebidos, 1977/82 (1977 = 100)

Ano	Alimentos	Exportáveis (sem café)	Cana
1977	100,0	100,0	100,0
1978	99,9	90,7	97,2
1979	100,5	90,3	96,9
1980	113,7	75,3	104,0
1981	96,3	68,5	103,0
1982	71,5	62,4	94,4

Fonte: Dados Básicos de Produção, Conjuntura Econômica, extraído da edição do Jornal do Brasil de 31/07/83. Arquivo Radis

TABELA 3

Evolução anual das safras de grãos (em milhões de toneladas)

Produtos	77	78	79	80	81	82	83	1983/1982 (%)
Soja	12,5	9,5	10,2	15,0	15,0	12,6	14,6	+ 14,1
Milho	19,3	13,6	16,3	20,4	21,1	21,9	19,3	— 11,9
Trigo	2,1	2,7	2,9	2,7	2,2	1,8	1,9	+ 5,6
Arroz	9,0	7,3	7,6	9,8	8,3	9,7	7,9	— 18,6
Feijão	2,3	2,2	2,2	2,0	2,3	2,9	1,7	— 41,4
Total	45,2	35,3	39,2	50,1	48,9	49,1	45,4	— 7,5

Fonte: IBGE

TABELA 4

Evolução do Índice de Preços ao Consumidor, no Rio de Janeiro, e do item Alimentação durante o ano de 1983

	IPC—R.J.		Alimentação	
Período	**Mensal**	**Anual**	**Mensal**	**Anual**
Jan./83	9,0	105,2	11,9	104,2
Fev.	6,7	105,5	7,9	105,2
Mar.	9,2	112,6	12,2	119,2
Abr.	8,3	118,3	10,4	133,3
Mai.	6,9	116,2	5,2	127,4
Jun.	11,1	125,6	9,9	133,3
Jul.	12,5	136,9	17,9	155,4
Ago.	8,2	143,8	10,6	171,4
Set.	9,9	156,9	15,2	203,2
Out.	9,7	170,2	14,4	234,3
Nov.	6,7	175,2	3,8	231,9
Dez.	8,8	177,9	6,2	227,5

Fonte: F.G.V.

TABELA 5

A escalada de alguns preços em 1983
Inflação anual: 211%

	Janeiro (Cr$)	**Dezembro (Cr$)**	**Variação (%)**
Arroz (kg)	125	360	188
Feijão Carioquinha (kg)	115	1.000	769
Cafezinho	40	120	200
Carne (alcatra - kg)	660	2.470	274
Gás (bujão - 13 kg)	780	3.200	310
Leite (especial)	79	200	153
Pão francês	13	35	169
Salário Mínimo	23.568	57.120	142

Fonte: Revista Veja, 28/12/83 — Arquivo Radis.

TABELA 6

Preços no atacado e varejo, e margem de intermediação — Cidade de S. Paulo

		Atacado Cr$	**Varejo Cr$**	**Lucro %**
Espinafre (maço)	Novembro/82	35	70	100
	Fevereiro/83	170	350	106
	Abril/83	210	400	90
Couve (maço)	Novembro/82	25	50	100
	Fevereiro/83	60	200	233
	Abril/83	100	180	80
Cenoura (kg)	Novembro/82	85	145	70
	Fevereiro/83	135	276	103
	Abril/83	125	615	392
Batata (kg)	Novembro/82	65	80	23
	Fevereiro/83	100	350	250
	Abril/83	250	500	100
Alface (pé)	Novembro/82	15	45	200
	Fevereiro/83	55	180	227
	Abril/83	29	110	279

Fonte: Edição da Folha de São Paulo de 17/04/83 — Arquivo Radis.

TABELA 7

Preços na Ceasa, em feiras e supermercados
Semana de 11 a 15/04/83 — Cidade de S. Paulo

Produto	**Ceasa (13/04) Cr$**	**Feira (14/04) Cr$**	**Lucro %**	**Supermercados (14/04) Cr$**	**Lucro %**
Cenoura (kg)	140	600	328	550	292
Espinafre (maço)	210	400	90	450	144
Alface (pé)	29	90	210	110	279
Couve (maço)	100	200	100	215	115
Batata (kg)	150	350	133	350	133

Fonte: Edição da Folha de S. Paulo de 17/04/83 — Arquivo Radis.

diminuiu em 1,2 milhão de hectares entre 1982 e 1983, apresentando assim, de uma só vez, um declínio de 7,1% depois de um crescimento de apenas 0,9% no ano anterior. No Nordeste, castigado pela seca e o abandono, as safras de arroz e milho apresentaram, também em 1983, quedas de 53% e 78% em relação à média observada entre 1975 e 1977, últimos anos normais em termos de pluviosidade.

Assim, no ano passado a área plantada com produtos alimentares destinados ao mercado interno perdeu 3.145.064 hectares (11,7% configurando um quadro de recuo, e não apenas estagnação, na produção total. **(ver tabelas 1 e 3)**.

Outro aspecto que não pode ser deixado de lado nesta análise é a política de comércio exterior adotada pelo governo, comprometido junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) com a obtenção de um superávit de seis bilhões de dólares na balança comercial em 1983 e nove bilhões em 1984. Para atingir esta meta, foram adotadas várias medidas comprometedoras do abastecimento interno, como a maxidesvalorização cambial de fevereiro de 1983 e a exportação de estoques reguladores. A primeira medida visava remunerar melhor o conjunto de atividades exportadoras, encarecendo em contrapartida todas as importações e gerando pressões inflacionárias que atingiram duramente o setor agrícola, como no caso de vertiginosa elevação dos preços dos fertilizantes. O melhor exemplo da segunda medida foi a assinatura, no final de 1982, de contratos de venda de 700 mil toneladas de milho a diversos países. Com as enchentes ocorridas no Sul, as expectativas da safra deste produto foram frustradas, provocando um desequilíbrio imenso entre a oferta e a procura num momento em que os estoques re-

guladores já não existiam mais. Além da alta do milho no mercado interno (repassada aos preços do frango, dos suínos e dos ovos), o país assistiu também a importação, por quase o dobro do preço das mesmas 700 mil toneladas anteriormente exportadas.

Outra medida relacionada com o acordo com o FMI e provocadora de imediato impacto sobre a situação nutricional da população foi a retirada gradativa dos subsídios ao trigo, que deverá completar-se em meados deste ano. Conforme noticiamos na **Súmula 6**, este produto tem uma presença muito importante na alimentação da população de baixa renda, tanto em qualidade quanto em quantidade, constituindo-se inclusive no principal substituto do arroz e de outros produtos tradicionais na dieta dos brasileiros. A retirada dos subsídios representa o fim do maior programa de nutrição implantado (embora de maneira informal), no país.

O problema da comercialização

Não são apenas as insuficiências na esfera produtiva ou os acordos com o FMI os responsáveis pela disparada dos preços agrícolas. As cadeias de abastecimento e comercialização, especialmente das grandes redes de supermercados do Centro-Sul, têm sido as principais beneficiárias da crise de alimentos. Elas possuem grande poder de mercado tanto junto ao produtor e aos atacadistas (que, detentores de produtos em geral perecíveis, dependem delas para escoar a produção) quanto junto ao consumidor, fazendo com que sua política de preços influencie o conjunto do setor, do feirante ao quitandeiro ou ao bodegueiro nordestino. Nas **tabelas 6 e 7** apresentamos, a título de exemplo, a diferença de preços encontrada pelo jornal **Folha de São Paulo** no atacado e no varejo, com as respectivas margens de lucros, quase sempre espantosas.

A deterioração do consumo

O item alimentação esteve quase sempre à frente da taxa média de inflação no último período, ganhando maior peso, portanto, na estrutura de gastos das famílias. Entre dezembro de 1982 e dezembro de 1983, o cardápio elaborado pela Coordenadoria de Orientação e Defesa do Consumidor (Codecon) segundo as normas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Nutrição (FAO) e calculado de acordo com as necessidades de uma família de cinco membros passou de Cr$ 31.419 para Cr$ 103.600, o que representa uma elevação de 230%. No mesmo período, o salário mínimo foi reajustado em 143%.

As conseqüências nutricionais desta realidade são de difícil mensuração, mas os indícios disponíveis são preocupantes. O consumo de carne bovina sofreu uma queda de 25% em quatro anos, passando de 20,4 quilos **per capita** em 1979 para 15,2 quilos em 1983. O leite especial, de maior circulação, teve seu consumo diminuído entre 30 e 40% na Grande São Paulo, caindo para uma média de 72 gramas **per capita** por dia, muito abaixo das 350 gramas recomendas pela Organização Mundial de Saúde. No espaço de um ano, seu preço foi reajustado em 243%.

O fantasma da fome não assusta apenas os habitantes do sertão nordestino, mas também os das grandes cidades e suas periferias. Cerca de 70% dos trabalhadores brasileiros recebem até dois salários mínimos e, segundo estudos do próprio Ministério do Planejamento, precisam gastar 60% de sua renda para ingerir diariamente a metade das suas necessidades de calorias e proteínas. Neste contexto, qual o impacto real das políticas de saúde sobre a população?

TABELA 8

QUANTO CUSTA COMER

Produtos	Quantidades	Gasto Mensal Cr$		Variação Mensal %	Tempo de Trabalho●	
		Fevereiro de 1984	Março de 1984		Fevereiro de 1984	Março de 1984
Carne	6 kg	16.930,14	17.410,38	2,8	71h08min	73h09min
Leite	7,5 l	1.875,00	2.167,50	15,6	07h53min	09h06min
Feijão	4,5 kg	5.503,95	8.416,49	52,9	23h08min	35h22min
Arroz	3 kg	1.720,74	1.856,88	7,9	07h14min	07h48min
Far. Trigo	1,5 kg	510,18	613,94	20,3	02h09min	02h35min
Batata	6 kg	2.300,10	2.797,44	21,6	09h40min	11h45min
Tomate	9 kg	3.446,91	6.062,76	75,9	14h29min	25h28min
Pão	6 kg	3.896,22	4.655,22	19,5	16h22min	19h34min
Café	600 g	1.463,14	1.531,28	4,7	06h09min	06h26min
Banana	7,5 dz	2.939,63	3.133,35	6,6	12h21min	13h10min
Açúcar	3 kg	907,95	1.253,88	38,1	03h49min	05h16min
Banha	750 g	1.925,84	1.961,45	1,8	08h06min	08h14min
Manteiga	750 g	2.035,43	2.245,44	10,3	08h33min	09h26min
TOTAL		45.455,23	54.106,01	19,0	190h59min	227h20min

●Tempo que o trabalhador de salário mínimo precisa para comprar a Ração Essencial (Decreto-lei nº 399 de 30.04.1938).

Fonte: Edição da Folha de São Paulo de 05/04/84 — Arquivo Radis.

O projeto RADIS está preparando a publicação de um conjunto inédito de análises sobre a situação do sertão nordestino e a saúde pública.